

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.138.759 - RS (2017/0177189-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CARLOS ALBERTO ALVARES DA CUNHA
ADVOGADOS : MARCO ANTONIO DE LARA JUNIOR - RS055831
EDUARDO BUDASZEWSKI RODRIGUES E OUTRO(S) - RS097914
AGRAVADO : EDSON VALDEMAR NOGARA FILHO
AGRAVADO : FLAVIA DE ABREU NOGARA
ADVOGADO : ROBERTO BELTRÃO RIZK E OUTRO(S) - RS044405

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por CARLOS ALBERTO ALVARES DA CUNHA em face da decisão acostada às fls. 600-603 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 550-555 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado:

ACÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. ADMINISTRADOR. PRIMEIRA FASE. PRELIMINARES REJEITADAS. CASO CONCRETO. MATÉRIA DE FATO. Na primeira fase da acção de prestação de contas discute-se a existência ou inexistência da obrigação de prestar contas. Exame do caso vertente que demonstra o dever do réu de prestar contas. Apelo desprovido.

Opostos embargos de declaração (fls. 560-563 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 565-569 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 577-586 e-STJ), alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou o disposto nos artigos 489, §1º, e 1.022 do CPC/15, porquanto não sanada omissão apontada nos aclaratórios.

Contrarrazões às fls. 594-598 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre indicando a ausência de omissão na decisão recorrida e por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 606-619 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 623-627 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Afasta-se a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa aos artigos 489 e 1022 do CPC/15 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no AREsp 1024735/RS**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 13/08/2018; **AgInt no AREsp 1254843/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018; **AgInt no AREsp 1224697/MG**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018; **AgInt no AREsp 1015125/AC**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; **AgInt nos EDcl no REsp 1647017/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018.

Alegou o insurgente que o acórdão impugnado restou omissos pois teria deixado de analisar "*a inacessibilidade de meação do cônjuge supérstite através de instrumento particular de cessão de direitos*" (fl. 585 e-STJ) - questão com a qual, ao que se extrai da peça recursal, o insurgente busca limitar a prestação de contas, tão somente, ao quinhão hereditária que compete aos ora agravados, e não à totalidade da herança.

Todavia, conforme trecho a seguir citado, o Tribunal local tratou expressamente da questão, ao reconhecer a legitimidade dos ora agravados para pleitear a prestação de contas em nome próprio, ainda que tenham direito à apenas parte dos bens (fls. 552-554 e-STJ):

Primeiramente, quanto às preliminares, reporto-me aos fundamentos da respeitável sentença, da lavra da Dra. Michele Soares Wouters, MMª Juíza de Direito, que não merece reparo, pois bem apreciou a espécie, aplicando o melhor direito, até para evitar fastidiosa tautologia, "verbis":

"(...) não merece prosperar a irresignação quanto à ilegitimidade ativa dos requerentes, vez que, na qualidade de herdeiros podem demandar em nome próprio e não somente em nome da sucessão, ou em conjunto com o inventariante, para defender seus interesses referentes à herança.

"Frisa-se que não se impõe a presença do inventariante no polo ativo."

[...]

Na questão de fundo, na primeira fase da ação de prestação de contas, o juízo apenas decide sobre a existência ou não da obrigação daquele que representa, administra bens ou interesses alheios de prestá-las, não havendo necessidade de dilação probatória.

A ação de prestação de contas, como é cediço, desenvolve-se em duas fases, ou seja, na primeira, decide-se se há a obrigação de prestação de contas e, na segunda, apura-se o quantum do débito ou o crédito. Com efeito, na primeira fase da ação de prestação de contas cabe tão-somente verificar o direito dos autores, ora apelados, de exigirem apresentação de contas do réu, ora apelante, devendo ser relegada para a segunda fase a apuração de saldo.

No caso concreto, não se pode olvidar que, havendo contestação e recusa de prestar contas, a primeira fase da ação ora em análise visa ao reconhecimento ou não do direito de exigir contas e o correspondente dever de prestá-las.

Para se aferir o referido direito, deve-se atentar ao vínculo jurídico que exige acertamento, que, no caso em tela, é o fato do demandado ser o responsável por administrar o rebanho de semoventes pertencentes à sucessão de Altamira Nogara.

À evidência, comprovado que o réu, na condição de administrador do

rebanho, do qual os demandantes são herdeiros, possuindo, portanto, direito à parte dos animais ou lucros referentes a eles, tem ele o dever de prestar contas. [grifou-se]

Como visto, a Corte de origem limitou claramente o objeto da demanda - primeira fase da ação de prestação de contas -, e concluiu que, demonstrada a administração de bens dos quais os demandantes são herdeiros (ainda que em parte), há o dever de prestar contas.

O insurgente, em realidade, demonstra inconformidade com a decisão que determinou a prestação de contas da integralidade do acervo hereditário.

Busca, ainda, discutir questões externas à demanda - debate sobre o instrumento adequado para formalizar a doação/cessão da parte correspondente à meação do cônjuge supérstite -, o que a Corte de origem entendeu não ser pertinente na primeira fase da ação de prestação de contas.

Não foi demonstrada, portanto, a existência de omissão ou qualquer vício na decisão recorrida, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

Neste sentido: **REsp 1432879/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018; **EDcl nos EDcl no REsp 1641575/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1666792/ES**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/05/2018; **AgInt no AREsp 1179480/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018; **AgInt no REsp 1598364/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017; **EDcl no AgInt no AREsp 471.597/RJ**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017.

Afasta-se, portanto, a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pelo Tribunal de origem, em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator